

OLIVEIRA, J. A. . Cidade e memória: Manaus de antigamente. In: José Benedito dos Santos; Rita do Perpetuo Socorro Barbosa de Oliveira; Kenedi Santos Azevedo; Elaine Pereira Andreatta; Francisca de Lourdes Souza Louro. (Org.). Múltiplos olhares sobre a literatura. 1ed. Rio de Janeiro: Letra

ACADÊMICA

Série

MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE A LITERATURA

*José Benedito dos Santos, Rita do Perpétuo Socorro Barbosa de Oliveira,
Kenedi Santos Azevedo, Elaine Pereira Andreatta, Francisca de Lourdes Souza Louro.*
[ORGANIZADORES]

256

LETRACAPITAL

O que há em comum entre as temáticas abordadas por essa coletânea, no caso, mulheres indígenas, negras africanas, afrodescendentes, Amazônia, Brasil, África, Portugal? Primeiro, os excluídos, principalmente as mulheres, nas literaturas de língua portuguesa sempre foram retratadas como seres invisíveis, submissos, silenciados. Por isso, muitas vozes femininas ficaram excluídas da história e da literatura da colonização portuguesa acontecida na Amazônia, no Brasil e África porque os homens sempre foram responsáveis pela divulgação cultural de uma dada sociedade patriarcal. Depois, porque a “diversidade de práticas culturais que caracterizam as sociedades colonizadas ou egressas da colonização europeia, desde o momento inicial da colonização, no alvorecer da Modernidade” (TOLLER GOMES, 2006), exige que o intelectual pós-colonial crie “espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido(a)”, para usarmos os termos de Spivak. Assim, a presença de sujeitos excluídos no espaço enunciativo das obras analisadas sugere um espaço de resistência cultural, ou seja, os autores reunidos nesta coletânea mostram que há uma forma de resistência (na narrativa) à dominação ideológica, explicada historicamente, que a forma material dessa resistência é a língua/literatura, isso porque nos “faz escutar e valorizar as vozes silenciadas que, em seus dizeres, transparecem memórias e identidades tornadas invisíveis, por muito tempo, a partir de um discurso histórico hegemônico”.

A colonização do Brasil centralizada na escravidão do negro, do índio e na “superioridade” do homem europeu, o processo de aculturação, marginalização e extermínio, empregado pelos jesuítas no século XVIII, sob a égide da colonização portuguesa contra os nativos da Amazônia brasileira, continua vigorando, em pleno século XX, agora, cometi-

José Benedito dos Santos
Rita do Perpétuo Socorro Barbosa de Oliveira
Kenedi Santos Azevedo
Elaine Pereira Andreatta
Francisca de Lourdes Souza Louro
[Organizadores]

MÚLTIPLOS OLHARES
SOBRE A
LITERATURA

LETRAPITAL

Copyright © José Benedito dos Santos, Rita do Perpétuo Socorro Barbosa de Oliveira, Kenedi Santos Azevedo, Elaine Pereira Andreatta, Francisca de Lourdes Souza Louro, [org.], 2018.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.

EDITOR João Baptista Pinto

CAPA Kelvin Andreatta

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO Luiz Guimarães

REVISÃO Dos autores

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M926

Múltiplos olhares sobre a literatura/organização José Benedito dos Santos, Rita do Perpétuo Socorro Barbosa de Oliveira, Kenedi Santos Azevedo, Elaine Pereira Andreatta, Francisca de Lourdes Souza Louro. 2018. -- 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

302 p. : il. : 15,5x23 cm.

ISBN 978-85-7785-616-9

1. Literatura e sociedade. 2. Linguagem e cultura. 3. Análise do discurso literário. I. Santos, José Benedito dos.

18-51875

CDD: 809.93355

CDU: 82.091

Vanessa Mafra Xavier Salgado - Bibliotecária - CRB-7/6644

LETRA CAPITAL EDITORA
Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781
letracapital@letracapital.com.br

Conselho Editorial Série Letra Capital Acadêmica

Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)
Claudio Cezar Henriques (UERJ)
Ezilda Maciel da Silva (UNIFESSPA)
João Medeiros Filho (UCL)
Leonardo Santana da Silva (UFRJ)
Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)
Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)
Michela Rosa di Candia (UFRJ)
Olavo Luppi Silva (UFABC)
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)
Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)
Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)
Robert Segal (UFRJ)
Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)
Sandro Ornellas (UFBA)
Sergio Azevedo (UENF)
Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)

Sumário

Prefácio.....	7
Apresentação.....	13
O grito dos excluídos em <i>Relato de um certo oriente</i> , de Milton Hatoum	19
José Benedito dos Santos (UFAM/UnB)	
A poesia de Cecília Meireles: ensaio e poética inaugural de Sophia Andresen	35
Rita Barbosa de Oliveira (UFAM)	
Violeta Branca e a revelação do sagrado	51
Kenedi Santos Azevedo (UEA)	
Dizer, não dizer e desdizer: imagens femininas em Couto e Chichorro.....	65
Yama Talita Passos Monteiro (UEA)	
Elaine Pereira Andreatta (UEA)	
A teoria do número três no conto <i>A cartomante</i> , de Machado de Assis	84
Francisca de Lourdes Souza Louro (UEA)	
A poética de Sophia Andresen: um olhar de justiça e realidade no poema <i>Catarina Eufêmia</i>	103
Caroline Silva Muniz (UFAM)	
José Benedito dos Santos (UFAM/UnB)	
A desintegração da identidade cultural em <i>A Caligrafia de Deus</i> , de Márcio Souza e em <i>a Muraida</i> , de Henrique João Wilkens	116
Monike Rabelo da Silva Lira (UFAM)	
José Benedito dos Santos (UFAM/UnB)	
A escritura da história em <i>Um homem: Klaus Klump</i> , de Gonçalo M. Tavares	130
João Paulo Cardoso Alves (UFAM)	
José Benedito dos Santos (UFAM/UnB)	

A representação do feminino n'Os Sertões, de Euclides da Cunha	1
Cláudia de Socorro Simas Ramos (UFAM)	
Relação rio-mulher: estudos de intersemiótica do conto "Rosalva", de Vera do Val, e das fotografias "Rio Juruá" e "Rio Içana" de Pedro Martinelli	1
Daniele Cordeiro Castro (SEDUC/AM)	
Adriana Cristina Rodrigues Aguiar (UFAM/UNICAMP)	
A construção do herói cultural em <i>Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra</i> , de Mia Couto	1
José Benedito dos Santos (UFAM/UnB)	
A recriação do mito de Iemanjá e Orungã: uma leitura do romance <i>Mar morto</i> , de Jorge Amado	1
José Benedito dos Santos (UFAM/UnB)	
Cicatrizes da violência colonial em <i>Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra</i> , de Mia Couto	2
José Benedito dos Santos (UFAM/UnB)	
Rita do Perpétuo Socorro Barbosa de Oliveira (UFAM)	
Cidade e memória: Manaus de antigamente	2
José Aldemir de Oliveira (UFAM)	
A literatura infantil contemporânea: a leitura da palavra e da imagem	2
Jéssica Laiane Pereira Barbosa (UEA)	
Elaine Pereira Andreatta (UEA)	
Bairro Praça 14 de Janeiro: cultura e resistência negra	2
Erivonaldo Nunes de Oliveira (SEDUC/AM)	
Entre gritos e silenciamentos: opressão e violência na prosa de Mia Couto	2
Ibson Ferreira Martins (SEDUC/UEA)	
Elaine Pereira Andreatta (UEA)	
Fragmentos de uma vida em construção	2
José Benedito dos Santos (UFAM/UnB)	

MACEDO, Tania. "Da voz quase silenciada à consciência da subalteridade: a literatura de autoria feminina em países africanos de Língua Oficial Portuguesa". In: *Revista Mulemba*, n. 2. UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

MATA, Inocência. *A literatura africana e a crítica pós-colonial: reconversões*. Maputo: Editora Nzila, 2007.

_____. "A condição pós-colonial das literaturas africanas de língua portuguesa: algumas diferenças e convergências e muitos lugares comuns". In: LEÃO, Ângela Vaz [Org.]. *Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa*. Belo Horizonte: Editora da PUC-Minas, 2006, p. 43-72.

_____. Entrevista in: *Revista Crioula* - nº 5 - maio de 2009. <http://pt.scribd.com/doc/133135502/Entrevista-Inocencia-Mata>.

MORAES, Anita Martins Rodrigues de. *O inconsciente teórico: investigando estratégias interpretativas de Terra sonâmbula*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.

MBEMBE, Achille. *As formas africanas e autoinscrição*. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 23, n. 1, 2001, p. 179-209.

MOELLWALLD, Branca Cabeda Egger. *A poiesis da nação em Mia Couto: fragmentos de um olhar*. Florianópolis, 2008. 240f. Tese (Doutorado em Teoria Literária). Universidade Federal de Santa Catarina.

NOA, Francisco. *Império, mito e miopia: Moçambique como invenção literária*. Lisboa: Caminho, 2002.

RANCIÈRE, Jacques. *A política da escrita*. Tradução: Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 1995.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* - Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Cidade e memória: Manaus de antigamente

José Aldemir de Oliveira (UFAM)

Um texto é o resultado da vivência de quem o faz. A caminhada que culminou com este que lhes apresento é também um longo caminho da minha vivência na cidade que é a minha cidade e que se tornou, numa fase da minha vida, no meu objeto de pesquisa, marcado pelo antagonismo entre razão e paixão, cindindo o conhecimento científico vigilante e a imaginação utópica.

Como sustenta Olgária Matos (1995), o mundo das ideias é a realidade empírica, e no meu caso é a busca por compreender a cidade a partir das ruas, dos becos, dos igarapés de onde brotam gritos de socorro de pessoas oprimidas em tempo de desesperos. Não se trata de um texto asséptico, neutro, ao contrário, faz questão de ter lado: o dos pobres da cidade, seus rostos queimados pelo sol e suas mãos calejadas pelo manuseio de pedras e tijolos das grandes construções do século XIX e dos modernos edifícios de apartamentos e condomínios fechados, de corpos impregnados do odor da borracha, atualizados pelo suor derramado nas fábricas modernas da Zona Franca e nos prédios cada vez mais altos. Estes sujeitos não contam, ou contam pouco, na espacialização da cidade, são os outros, e a cidade moderna não tinha e não tem, ou tem precariamente lugar para eles. A cidade, desse ponto de vista, é a descontinuidade do cotidiano em que predomina o tempo contínuo da produção do lucro que suplanta quase tudo e, como asseverou Walter Benjamin em *Rua de mão única* (1987), a construção da vida está muito mais no poder de fatos que de convicções. A cidade, desse ponto de vista, são as vias rápidas, de um urbanismo racional e funcional na aparência, mas vazio de referências, sem história, visto que é carente de memória.

A cidade é isso, mas não é só isso e, neste texto, retomo a ideia que resulta de uma pesquisa desenvolvida no final dos anos 1990 para a tese de Professor Titular e depois transformada no livro *Manaus de 1920-1967, a cidade doce e dura em excesso*, em que busquei desvendar a espacialidade da cidade no período considerado pela maioria dos autores como o da cidade em crise. Busquei naque-

le texto, sem minimizar a crise, desenvolver o encadeamento de ideias que buscou, nas continuidades e rupturas, identificar o sistema de ações que em alguns momentos são extraordinariamente dramáticos, marcados pela queda do preço da borracha e pela crise política, e, em outros, cheios de possibilidades em que os sujeitos se confrontam e a cidade continua a existir, por meio deles e com eles.

No presente texto, retomo espacialidades que expressam a resistência consubstanciada nos lugares das festas, das criações e exposições artísticas que se constituíam na vivência urbana da época e que sustentaram a tese defendida, de que há um mito da cidade em crise, visto que esta não é homogênea, nem total, e não atinge a todos igualmente. O presente texto retoma partes daquele e está dividido em três partes: a contextualização do chegar e de como era a cidade; em seguida, são descritas e analisadas as espacialidades das festas e das atividades artísticas como contraponto à crise econômica pela qual passava a cidade; e encerra com as considerações finais, articulando os espaços da cidade que existiram num diálogo como expressão da vivência do que permanece como memória e se transforma como perda ou reconstrução.

A cidade e a memória

Não é fortuito este subtítulo que empresto de Italo Calvino, do livro *Cidades invisíveis*, onde o autor descreve o modo como se chega e se vê as cidades e como cada uma possibilita duplicidades de visões e desejos, apresentando sempre dois lados ambíguos e complementares que podem chegar a interpretações infinitas, "os olhos não veem coisas, mas figuras de coisas que significam outras coisas" (CALVINO, 1991, p. 17).

Tratando-se de Manaus, o viajante que chega pode identificar belezas que já conhece por tê-las visto em outras cidades. No meu caso, as possíveis belezas não tinham referências, pois nunca tinha visto uma grande cidade. E por isso, nada foi tão chocante ao meu olhar juvenil quanto o sentimento de, singrando o grande rio a caminho do desconhecido, navegando nas incertezas, ter a primeira visão de Manaus. Era uma luz a descortinar-se no horizonte quando o barco que navegava contornou o Encontro das Águas e penetrou no rio Negro. A viagem do meu lugar até ali foi longa, mas a che-

gada a Manaus, a partir desse trecho, pareceu-me interminável. Era noite, e a lua serpenteava de modo afável o rio, parecendo acariciá-lo, dando uma coloração prata às águas escuras, e o clarão da cidade chegava-se vagarosamente, sem pressa. Quando o barco se aproximou, as luzes da cidade mostravam uma igualdade que depois constatei não existir. No porto, tudo era multidão, inúmeras vozes numa confusão de timbres e barulhos como se fosse uma sinfonia urbana. Marreteiros e agricultores negociavam, carregadores se ofereciam para transportar malas e cuias, descuidistas esperavam um descuido para fazer seu trabalho, ninguém estava parado como a completar a sinfonia num balé.

Não sairíamos para a terra, permaneceríamos no barco e retornaríamos no dia seguinte ao lugar de origem. Muito cedo, subimos as escadarias improvisadas do porto. Meu pai segurava firmemente minha mão e fomos ao Mercado Grande. Nunca tinha visto tantas casas e tão grandes. Porém, o que me marcou não foram as construções, mas o movimento de pessoas e de mercadorias. A multidão impressionou-me. Era uma multidão a perder de vista, onde ninguém era para o outro nem totalmente conhecido nem totalmente desconhecido. Naquele dia, eu vi a cidade, voltei outras vezes, até vir de vez, e fui lentamente descobrindo-a e ela conquistou em mim outro sentido, como a minha cidade, o meu lugar, eu a pertença e ela me pertence (OLIVEIRA, 2003, p. 17-18).

Deste ponto de vista, muito poderia ser dito sobre a cidade do período imediato à implantação da Zona Franca de Manaus, porém, a cidade que se quer explicar neste texto, é de um tempo anterior, daquele comumente chamado do período da "crise da borracha". Conforme aponto no livro já referido (OLIVEIRA, 2003, p. 36-68), a espacialidade da cidade de Manaus de 1920 resulta do apogeu e do declínio da borracha. No período áureo da borracha, Manaus esteve mais ligada ao mercado externo do que ao mercado nacional. Em decorrência disso, a cidade foi produzida para atender às necessidades da reprodução ampliada do capital internacional. Isso não significa desconhecer que havia uma minoria interna que se beneficiou de todo o processo de exploração do látex.

Do ponto de vista das finanças públicas, em 1920, Manaus era uma cidade em crise, que se acentua a partir de 1912, quando ocorre declínio da produção e dos preços, atingindo em 1920 quase a metade da produção de látex de 1911, com 23,8 toneladas cotadas

a 1\$350 réis, enquanto em 1910 atingira 17\$800 réis (REIS, 1997). A queda dos preços decorreu especialmente do fato de a borracha produzida nas colônias inglesas do sudeste asiático entraram no mercado com grande produtividade e menores preços.

Do ponto de vista urbano, a produção da borracha basicamente extrativista não criou atividades urbanas. O modo como a cadeia produtiva estava organizada, espacialmente dispersa e isolada nos altos vales dos rios, contribuiu para a existência de um vínculo quase que exclusivo do seringueiro com o barracão e restringiu as possibilidades da utilização do dinheiro. Em decorrência, generalizou-se o aviamento como meio de troca nos seringais, contribuindo para a preservação da hierarquia do poder existente, reforçando e garantindo a dependência do seringueiro ao barracão do seringalista. A casa aviadora e as casas exportadoras, que se caracterizavam como atividades urbanas, estavam ligadas à circulação e não estabeleciam o adensamento da cadeia pela baixa quantidade de mão de obra empregada. Por isso, os recursos produzidos pela borracha não foram carreados para o processo produtivo, a maior parte foi empregada na construção de prédios suntuosos e em infraestrutura urbana não produtiva.

Chega-se à década de vinte com a cidade de Manaus vencida, já que passara quase meio século com toda a economia voltada para a borracha e não foram criadas alternativas para a produção de uma cidade perene. Neste período, ainda persiste a crença da revalorização da borracha nativa, permanecendo as mesmas formas que caracterizavam a produção no período áureo e todas as relações de produção mantidas, na perspectiva da sociedade extrativista que se apega aos processos anteriores sem capacidade de buscar novas alternativas.

Durante toda a década de 1930, apesar das significativas mudanças no plano nacional, pouco ou nada foi feito para reverter a situação de crise no Amazonas. Isso decorreu em parte porque as mudanças preconizadas pelas novas frações de classe no poder objetivavam transformações que implicavam a expansão das atividades industriais, e o Amazonas não havia se preparado para tal. Decorreu também de que, no Amazonas, a primeira metade da década foi assinalada por intensa instabilidade política, havendo mudanças constantes de governadores nomeados pelo poder central, pouco articulados com os problemas locais.

Na década de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, ocorreu o bloqueio dos seringais asiáticos que determinaram novo impulso à Amazônia. A operação que atendia ao esforço de guerra dos Estados Unidos provocou certa euforia com a possibilidade de retorno ao *boom* da borracha. Entretanto, este período denominado de "Batalha da Borracha" foi efêmero e passageiro e pouco contribuiu para a superação da estagnação econômica, e o socorro que chegou, em outubro de 1940, com o famoso "Discurso do Rio Amazonas", pronunciado no Teatro Amazonas em Manaus por Getúlio Vargas, pouco acrescentava às reais necessidades da Amazônia, limitando-se a estabelecer prioridades baseadas no velho discurso do vazio demográfico, da necessidade de povoar, de promover o cultivo racional e o intercâmbio com países vizinhos. Na verdade, por trás do discurso do mandatário maior do país estava o interesse externo na retomada da produção da borracha nativa visando garantir a demanda surgida com o conflito mundial.

A "Batalha da Borracha" se constituiu num período de breve euforia seguido de nova crise, quando novamente a Amazônia fica à espera de novo impulso que vem por meio da Constituição de 1946, que inclui um artigo obrigando a União, os Estados e os Municípios de extensa área, correspondente a quase metade do território brasileiro, a aplicarem durante 20 anos 3% de sua renda tributária no desenvolvimento regional por meio da execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que se constituiu no embrião da política desenvolvimentista e de integração nacional aplicadas a partir dos anos sessenta (OLIVEIRA, 2000).

A política de integração da Amazônia, iniciada nos anos cinquenta do século passado e tornada mais agressiva a partir dos anos sessenta, determinou a produção de diferentes formas espaciais para servir de base ao desenvolvimento de novas atividades econômicas que se chocaram com as relações de produção até então existentes e transformam a Amazônia de região-problema em vazio demográfico, o que significa passar da decadência à ascensão, com projetos de "desenvolvimento regional" cuja base era a "ocupação" da região, integrando-a ao restante do Brasil. Estas políticas atingem o Amazonas em meados da década de sessenta com a criação da Zona Franca de Manaus e a implantação do Distrito Industrial de Manaus, que modificaram significativamente a paisagem urbana.

No plano político, apesar da crise econômica decorrente da

queda do preço da borracha, o acontecimento mais relevante ocorreu nos primeiros anos da década de vinte, como reflexo dos acontecimentos nacionais: o embate entre várias facções políticas, todas ligadas às oligarquias e ao extrativismo, que apresenta como ponto culminante o embate político de 1924, com a tomada do poder pelos militares e a intervenção federal em seguida (SANTOS, 1985).

A rebelião de 1924 destaca-se por enfatizar sua crítica, no plano socioeconômico contra as empresas estrangeiras, e no plano político, contra as oligarquias locais e a facção no poder. Os militares que ocuparam o governo local, embora de forma precária, pois ficaram apenas um mês no poder, buscaram estabelecer algum modo de distribuição de renda por meio do sistema fiscal. Os rebeldes direcionaram a "luta fundamentalmente pela emancipação dos pobres da ganância dos 'quadrilheiros vorazes' e a forma que encontraram para promover o redistributivismo que buscavam foi com a criação do Tributo de Redenção, ou seja, com a cobrança de altos impostos aos ricos para atender aos pobres" (FORJAZ, 1977, p. 84).

Esses períodos de breve euforia só confirmam que a Amazônia parece condenada a longos períodos de crise para todos, com breves intervalos de prosperidade para uns poucos. O espaço-tempo na Amazônia, na perspectiva da sociedade nacional e reproduzido localmente, é sempre inacabado, é o nunca chegar ao ponto transitório. Aqui se está sempre à espera das migalhas que nos são postas pelos de fora, isso decorre do espaço-tempo da Amazônia se caracterizar pelo atraso, um processo que não se conclui e ações que não chegam ao fim. "Não é uma história que se faz. É uma história sempre por se fazer" (MARTINS, 1994, p. 11). Na Amazônia, na visão das elites, a história não deve ser feita, deve ser esperada. A tentativa de retomada da economia da borracha se enquadra nesta perspectiva, pois três décadas de crise não contribuíram em nada para a busca de alternativas perenes para a Amazônia. Foi mais fácil esperar.

Aqui aparece a ideia que quero defender, sociedade não se produz apenas pelas relações de classe, nem apenas pelas relações de produção, mas pelas especificidades de sua própria produção, que incluem a política e a cultura. É a sociedade em movimento que nos aponta Milton Santos (1988), e o espaço passa a não ser apenas da crise, mas das possibilidades. Portanto, a crise da cidade que caracteriza Manaus de 1920 a 1967 tem dimensões diversas para segmentos

diferenciados da população, pois da mesma maneira que a cidade não é produzida de modo equânime, a crise pode não ter o mesmo significado para o conjunto de seus moradores. Essa contradição resulta de que a produção do espaço urbano está afeita também ao lugar e as suas especificidades, e é isso que se vai ver em seguida.

Do espaço da crise às espacialidades da festa e da arte

Até os anos vinte, Manaus era a cidade das obras suntuosas e lugar da ostentação. A elite local imitava os estilos de fora, considerados "civilizados". Tudo isso só foi possível pelos recursos provenientes da exploração do látex e numa sociedade marcada pela concentração de renda, num processo de exploração cuja principal característica foi a destruição da natureza e da cultura local. Por isso, no período áureo da borracha engendra-se uma cidade e uma sociedade sem estilo, porque o copiara e como tal perdera, e o perdera porque só o tivera precariamente (MARTINS, 1992).

Ao iniciar a década de vinte, a cidade harmoniosa estava em crise, embora mantivesse a ostentação dos magníficos casarões resultantes do fastígio da borracha, superpondo-se à pobreza evidente da maioria sempre crescente. Com a crise, vem à tona a cidade dos vencidos, das contradições e dos conflitos e surgem os trabalhadores dos grotões, do outro lado dos igarapés e do rio, emergindo os bairros de Educandos, do Curre, do Plano Inclinado, da Matinha, do São Raimundo, do Morro da Liberdade, onde os moradores buscam se constituir como novos sujeitos da produção do espaço urbano. Para esses sujeitos, a crise da cidade tinha outra dimensão que não se enquadra nem nas determinações da elite extrativista nem nas do Estado (OLIVEIRA, 2003).

No período áureo da borracha, as vozes dos simples e os conflitos eram abafados. A crise não possibilitou mais isso, o que permitiu o surgimento de novas espacialidades que se produzem a partir das reações coletivas e dos conflitos que passam pela cultura, pela memória, por gestos, ou seja, por ações concretas dos vários sujeitos sociais que constituem a resistência coletiva à tendência homogeneizante que se lhes impõe. Os novos acontecimentos nacionais influenciavam a crescente complexidade da cidade determinada também pelo modo diferenciado como os diversos agentes produtores do espaço

urbano se articulam para garantir sua permanência e o direito a apropriar-se da cidade. Neste sentido surgem os espaços da festa.

A festa representava a afirmação do cotidiano e era o reforço, não a ruptura com o modo de vida. A festa fazia parte de um espaço-tempo igual que se interpõe ao espaço e tempo diferenciado do lazer imposto de fora. A festa era a possibilidade de apropriação da cidade por parte das populações locais. Espaços-tempos destacavam-se na paisagem, mais livres, mais facilmente rompidos e retomados. É nesse espaço-tempo, onde está a invenção do ser, que o acontecimento se torna fato histórico. É nesse espaço-tempo que o pensamento age e prepara as concretizações do Ser (BACHELARD, 1988).

Na Manaus dos igarapés limpos, de águas cristalinas, havia abundância de natureza, mas havia também abundância de tempo para o desfrute das condições de humanização do homem, visto que as necessidades de tempo de trabalho eram menores. Para boa parte da população era tempo da festa, da arte, do preparar as concretizações do ser. Neste sentido, produzia-se espaço-tempo contínuo enquanto dimensão não apenas da festa, mas também e, principalmente, como renovação da vida.

Até a década de sessenta, Manaus era uma cidade-balneário, o Parque 10, a Ponta Negra, o Amarelinho, o Tarumã, todos os igarapés e a beira do rio Negro eram utilizados para a realização de piqueniques aos domingos por toda a família e todos os dias pelas crianças.

No igarapé de Educandos ou no rio Negro realizava-se a regata. Clube do Remo, com sede no Igarapé de Manaus; o Grêmio Náutico Português, com sede na Avenida 7 de Setembro; Clube Amazonsense de Regatas na Garagem Rio Negro; e o Manaus Ruder Club eram as principais agremiações. As regatas realizadas no rio Negro e no igarapé de Educandos eram assistidas por um grande número de pessoas que se colocavam na primeira ponte da Avenida 7 de Setembro, próxima ao Igarapé de Manaus.

A festa acontecia nos clubes que proliferavam por toda a cidade e ia desde os frequentados pela elite até os populares. No final da década de quarenta havia o Ideal Clube, fundado na rua Dr. Moreira, depois transferido para a Rua Henrique Martins e, finalmente, para a Avenida Eduardo Ribeiro; o Nacional Futebol Clube, na Rua Saldanha Marinho, 516; o Atlético Rio Negro Clube, na Praça da

Saudade; Olímpico Clube, na Rua Leonardo Malcher, 603; União Esportiva Luso-Brasileira, na Avenida Joaquim Nabuco, 1372; Nacional Fast Clube, na Rua Lobo D'Almada; Bosque Clube, na Praça 9 de Novembro, 151; Independência Futebol Clube, na Rua Xavier de Mendonça, 252; Luso Sporting Club, na Rua Monsenhor Coutinho; Atlético El-Dorado Clube, na Rua Monsenhor Coutinho, 64; São Raimundo e Sul-América no bairro de São Raimundo; Atlético Barés Clube, na Praça dos Remédios, 140; União Esportiva de Constantinópolis, na Estrada de Constantinópolis; Tijuca Clube, na Rua da Instalação, 87; Rio Branco Futebol Clube, na Rua Silva Ramos, 933; Satélite Clube, na Rua Dr. Moreira, 59. Além desses, havia ainda o Ypiranga, General Carneiro, Orion, Madureira, Santos e Botafogo, na Cachoeirinha; Ação Social, Solimões e Fluminense, na Praça 14; Olaria e Libermorro, em Santa Luzia; Penarol, em Petrópolis; Santa Cruz e Internacional, no Boulevard Amazonas, e o Labor, em Educandos (OLIVEIRA, 2003).

Numa crônica publicada em 1995, Alva Dir Assunção, nascido e criado na Cachoeirinha, descreve o domingo de uma família na Manaus dos anos cinquenta: "O domingo era esperado com ansiedade, era dia de festa. Logo cedo iam ao Mercado Grande, levavam as crianças para tomar mingau, comer broa, comprar uma bola de sernambi e fazer as compras da semana. Depois vinha o banho no Igarapé do Quarenta, o almoço farto e melhorado. À tarde vinha o passeio de bonde pela linha Circular. Visita ao Aviaquário Municipal e uma esticada até a Praça da Polícia, onde os doces e sorvetes faziam mais sucesso com a garotada do que a banda que se exibia garbosamente no coreto".

A partir dos anos cinquenta, inclui-se nas festas da cidade uma com capacidade de mobilização surpreendente: era o Festival Folclórico do Amazonas, realizado na Praça General Osório, sempre no mês de junho. O festival foi realizado pela primeira vez em 1957, nos dias 21 a 23 de junho. Competiam duas categorias: bois-bumbás e quadrilhas.

As festas ligadas à religiosidade tiveram papel importante na determinação da espacialidade da cidade. No período estudado, a construção da capela antecedia à ocupação da área e em torno dela se erguia a praça, edificava-se a escola e o salão paroquial destinado a reuniões e às festas.

Após a construção, surgem as festas para o santo, o padroeiro

do lugar, com a missa e a procissão, e depois a festa profana com arraial, quermesses e festas dançantes. As mais importantes festas eram a de São Sebastião, Nossa Senhora dos Remédios e de Nossa Senhora da Conceição, que eram realizadas na parte central. Na Cachoeirinha, os festejos de Santo Antônio se realizavam nos meses de junho, na praça Floriano Peixoto, na igreja do Pobre Diabo. Havia a atividade religiosa, mas o ponto alto era o arraial. Na década de trinta, este arraial era um dos mais importantes da cidade, com quadrilhas, banda de música e leilões. Na década de cinquenta, com a ocupação da referida praça para a construção do Hospital Militar, o arraial chegou ao fim.

No bairro da Praça 14 havia a festa de São Benedito realizada na Avenida Japurá. Consistia na construção do mastro que era conduzido em procissão, saindo da Associação Recreativa Jaqueirão até a casa de um morador, previamente escolhido, que era o festeiro do ano. Nessa casa erguia-se o mastro e realizavam-se nove noites de novenas em homenagem ao santo. Todas as noites, após a novena, ocorriam o arraial e as quermesses. Culminava a festa no sábado de aleluia com a malhação do Judas e uma noite dançante.

A festa, enquanto dimensão da espacialidade, também aparece no sincretismo religioso e em festividades religiosas que não eram realizadas na área da igreja. Alvir Assunção destaca ainda, os principais festeiros da cidade na década de cinquenta: Mestre Carlos na Praça 14, dona Paqueta na Aparecida e os terreiros do Morro da Liberdade. Entretanto, o mais importante centro de festa do sincretismo religioso foi o Centro Umbandista de Joana Galante, situado na subida da estrada de São Jorge, que teve papel importante na expansão da cidade, pois foi a partir do terreiro que se iniciou a ocupação da parte noroeste da cidade, culminando com a construção da ponte sobre o igarapé da Cachoeira Grande e a abertura da estrada para a Ponta Negra.

Ao se relacionar as festas como importantes fatores na indução da espacialidade da cidade, considera-se que não são apenas as pedras, as calçadas, os edifícios novos ou velhos e as ruas que dão forma e conteúdo às cidades, mas todas as dimensões da vida humana. Portanto, a cidade é obra do homem, não uma obra qualquer, mas a que se aproxima de uma obra de arte, pois se as ciências descobrem os determinismos parciais da cidade, a arte mostra-lhe a totalidade (LEFEBVRE, 1991).

Outro aspecto importante para a compreensão da cidade é a manifestação de arte. A cidade não é apenas o resultado das técnicas de construção, tem algo mais, que está no imaginário das pessoas. O homem pode estar desprovido da propriedade, mas lhe resta a possibilidade da apropriação urbana, do direito à cidade. A cidade comporta a vivência da sociedade e dos indivíduos.

O principal acontecimento cultural ocorrido no período, embora sem maiores consequências na espacialidade, foi o Clube da Madrugada, surgido a 22 de novembro de 1954. Consistia num "esforço conjunto para compensar meio século de atraso e compreender em seus fundamentos básicos a função da literatura e das artes em nossa época" (TUFIC, 1984, p. 17). O Clube da Madrugada, enquanto movimento cultural estabeleceu como ponto de partida reciclar a Semana de Arte Moderna de 22.

O Clube da Madrugada produziu um manifesto em que seus membros constatam a ausência de atividades no âmbito da literatura, escultura, pintura, arquitetura, a superficialidade de estudos sociológicos e econômicos e a escassez de estudos filosóficos. O Manifesto foi publicado na primeira e única edição da *Revista Madrugada*, em novembro de 1955.

Do ponto de vista da espacialidade, tem importância no período o cinema como arte e como festa. A sua importância decorre da produção e exibição cinematográfica e também pela sua relação com a produção econômica, política e cultural da região (COSTA, 1996). Além disso, os cinemas se constituíam em centralidades urbanas pelas várias atividades que agregavam na rua e nos bairros em que se localizavam.

O cinema explicita a dimensão da cidade que, se de um lado é influenciada por processos amplos, como a própria indústria do cinema, o que sobressai é uma escala de tempo da história local que não é a mesma dos grandes processos históricos. Para a maioria da população, o cinema não é apenas uma obra de arte, é sobretudo uma festa. E a sua história em Manaus se confunde com a própria história da cidade. Num primeiro momento, exibido para a elite no Teatro Amazonas e Polytheama, e posteriormente popularizando-se em salas de hotéis, confeitarias, feiras, arraiais, circos, cafés-concertos, teatros de variedades e em pleno espaço aberto, nas praças públicas.

No período de 1920 a 1967, seguindo dados publicados pela pesquisadora Selda Vale da Costa (1996, p. 258-266) existiam em Manaus, considerando a localização, os seguintes cinemas:

Na parte central:

- Cine Alcazar - Cine Guarany (1907-1984) localizado na Praça Heliodoro Balbi;
- Cinema Avenida (1909, 1912, 1936-1973) localizado na Avenida Eduardo Ribeiro;
- Cinema Rio Branco funcionou até 1928, na Rua Barroso;
- Cinema Polytheama (1912-1973) situado na Avenida Getúlio Vargas;
- Cinema Odeon (1913-1973) localizado na Avenida Eduardo Ribeiro.

Na periferia próxima do centro:

- Cinema Popular (1920, 1926-1970) localizado na Avenida Joaquim Nabuco, no Alto de Nazareth;
- Cine Eden (Cine Veneza, Novo Veneza, Cine - Teatro Guarany) funcionou de 1945 até 1989 na Rua Jonathas Pedrosa;

Nos bairros:

- Ideal-Cine (1928-1930) funcionando na Rua Comendador Alexandre Amorim, no bairro de Aparecida;
- Cine Glória (1928 até os anos 50) situado no bairro da Glória;
- Cine Paroquial (1937 até os anos 40), localizado no bairro de São Raimundo;
- Cine Ideal - funcionou até os anos setenta no bairro de São Raimundo;
- Cine Vitória (1950-1973) situado na Avenida Leopoldo Peres, no bairro de Educandos;
- Cine Ypiranga (1960-1983) localizado na Rua Carvalho Leal, no bairro da Cachoeirinha (COSTA, 1996, p. 258-266).

O cinema constituiu-se, até o aparecimento da televisão no final dos anos sessenta, num elemento lúdico, empreendimento comer-

cial e componente criador do imaginário coletivo pela possibilidade de criar condições de saber sobre o espaço.

Portanto do ponto de vista da espacialidade da cidade de Manaus de 1920 a 1967, as festas e os acontecimentos ligados à arte delimitavam o cotidiano das pessoas que produziam o espaço urbano da cidade no período caracterizado como o da cidade em crise. Isso mostra que a construção da espacialidade urbana, apesar de todo controle e da crise econômica que aniquilam as formas de relações sociais existentes, tem na festa e na arte a possibilidade da persistência da dimensão humana e simboliza a resistência, embora quem o faça talvez não compreenda essa dimensão, mas o faz, reinventando formas de relações com as coisas, com os objetos, consigo e com os outros.

Breves considerações finais

Duas conclusões são passíveis de sustentação e no texto de 2003 já foram esboçadas. A primeira é que a crise da cidade de Manaus no período de 1920 a 1967 não é homogênea, não atinge a todos igualmente e em alguns casos nem mesmo se faz notar. A dimensão social desse processo é, sobretudo, uma dimensão espacial, sendo, por isso, concebida como uma prática socioespacial, tendo a cidade como o lugar da ação. Isso decorre de que há na cidade e, especificamente, em Manaus espacialidades que não coincidem com o inventário dos objetos no espaço nem com seu discurso e representação.

A segunda conclusão é consequência da primeira e se refere às permanências e às transformações que têm, quase sempre, o sentido da destruição. Posto dessa maneira, aparece a concepção de cidade calcada numa visão nostálgica, "aqui havia isto." Porém, este é um falso problema, visto que a cidade está permanentemente sendo produzida, reproduzida e recriada, configurando-se não apenas como o lugar das perdas, mas também e, principalmente, como o lugar das possibilidades.

Já reproduzi em crônicas em jornais diários um diálogo fictício que denota as espacialidades que desapareceram, nem sempre deixando marcas na paisagem, mas permanecendo enquanto memória, e que só tem sentido para quem viveu e vive na cidade, e que vale a pena reproduzir novamente aqui:

- Existe a Praça General Osório?
- Não, não existe.
- E o festival folclórico, onde se realiza?
- Também acabou.
- Há o Seringal Mirim?
- Sim. Quer dizer, o lugar há, mas as seringueiras foram derrubadas.
- Existe a bola da João Coelho?
- Sim. Quer dizer, onde existia a fonte luminosa, não, nem a bola. No lugar, construíram um viaduto e colocaram um semáforo.
- Mas o Cine Odeon, ainda existe? - Não, nem o Avenida, nem o Polytheama nem o Guarany, nem o Vitória, nem o Popular, nem o Ypiranga, nem uma porção de outros.
- Nem aquele prédio bonito da Praça do Congresso? - Não. Nem o prédio do Banco da Borracha na avenida 7 de Setembro, nem o prédio da chefatura de Polícia na rua Marechal Deodoro, nem o Chapéu de Palha na Vila Municipal.
- E as mangueiras que ornamentavam as nossas praças e as nossas ruas?
- Imagino que tenham sido derrubadas como o foram os *ficus benjamins* e quase todo o verde que cobria a cidade.
- E o aviaquário?
- Nenhuma marca, só as escadarias da matriz permaneceram e hoje está tudo ocupado por ambulantes.
- E o Parque Amazonense, o campo do General Osório e os campos de várzea?
- O General Osório está cercado, só uns poucos podem utilizá-lo. O Parque Amazonense foi demolido e os campos de várzea estamos destruindo.
- E o Parque 10? Esse é impossível não estar lá.
- Bom, depende do que a gente chama de Parque 10. Se for o balneário, não existe mais, hoje é um curso d'água fétido que em nada lembra aquele burburinho de pessoas aos sábados e domingos.
- A Ponte da Bolívia e a Cachoeira do Tarumã também foram destruídas?
- Sim, restaram espaços diversos e a memória do lugar.
- As coisas mudaram um pouco, não?
- É, as coisas sempre mudam. "A cidade muda tanto como o coração dos mortais".

Em Manaus, em pouco mais de uma geração se construíram e destruíram coisas nem sempre belas, mas referências da cidade. Manaus parece uma construção inacabada, onde cada geração pode construir um pouco, quase sempre destruindo o que já se construiu.

A cidade, então, aparece como o lugar do vivido, mas de um vivido espedaçado em que a memória não detém a ação do produzir o espaço, havendo no processo de criação da cidade a predominância do esquecimento, do desenraizamento e da destruição das formas espaciais.

É importante não perder de vista que o processo de destruir é também o de reconstruir, dando a dimensão do não acabado. A cidade de Manaus não pode ser vista apenas como lugar das perdas, mas também e, principalmente como das possibilidades de construção de uma nova vida, por meio da resistência e da reconstrução de formas e conteúdos espaciais dotados de novas dimensões e significados.

Neste sentido, Manaus tem o pôr do sol da Ponta Negra que, apesar de tudo, ainda continua como descreveu Mário de Andrade em 1927, no livro *Fotógrafo e turista aprendiz*.

E principiou um dos crepúsculos mais imensos do mundo, é impossível descrever. Fez crepúsculo em toda a abóbada celeste, norte, sul, leste, oeste. Não se sabia pra que lado o sol deitava, um céu todinho em rosa e ouro, depois lilás e azul, depois negro e encarnado se definindo com furor. Manaus a estibordo. As águas negras por baixo. Dava vontade de gritar, de morrer de amor, de esquecer tudo. Quando a intensidade do prazer foi tanta que não me permitiu mais gozar, fiquei com olhos cheios de lágrimas (ANDRADE, 1993).

O pôr do sol da Ponta Negra enquanto fenômeno natural, Manaus ainda tem, enquanto espacialidade não mais.

Referências

- ANDRADE, Mário de. *O fotógrafo e turista aprendiz*. São Paulo: IEB, 1993.
- ASSUNÇÃO, Alvir. Feixe de lenha no ombro e lata d'água na cabeça. *Jornal Amazonas em Tempo*. Manaus, abr. 1995. Caderno Arte Final.
- _____. Festeiros e clubes. *Jornal Amazonas em Tempo*. Manaus, mai. 1995. Caderno Arte Final.

- BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. São Paulo: Ática, 1988.
- BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. 2. ed. - São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- COSTA, Selda Vale da. *Eldorado das ilusões*. Cinema & sociedade: Manaus 1897-1935. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- LEFEBVRE, Henri - *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- MARTINS, José de Souza. *Subúrbio, vida cotidiana e história no subúrbio do Cúru de São Paulo*. São Paulo: Hucitec; São Caetano: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.
- _____. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MATOS, Olgária. "Amor e cidade, amor na cidade: Walter Benjamin". In: MARGALHÃES, Maria Cristina Rios [Org.]. *Na sombra da cidade*. São Paulo: Editora Escuta, 1995, p. 14-32.
- OLIVEIRA, José Aldemir. *Cidades na selva*. Manaus: Valer, 2000.
- _____. *Manaus de 1920-1967: cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Valer; Governo do Estado do Amazonas; Edua, 2003.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. 2 ed. - Manaus: Editora da Universidade do Amazonas/Governo do Estado do Amazonas, 1997.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Eloína Monteiro dos. *A rebelião de 1924 em Manaus*. Manaus: Editora Calderaro; Suframa, 1985.
- TUFIC, Jorge. *Clube da Madrugada: 30 anos*. Manaus: Imprensa Oficial, 1984.

Esta obra foi impressa em processo digital,
na Oficina de Livros para a Letra Capital Editora.
Utilizou-se o papel Pólen Soft 80g/m²
e a fonte ITC-NewBasketville corpo 11 com entrelinha 13.9.
Rio de Janeiro, outubro de 2018.

do por uma modernidade tardia, capitalista e opressora. Por sua vez, esse mesmo processo de colonização foi reproduzido *ad nauseam* na África, desde o tráfico negreiro, ações violentas que causaram a fragmentação identitária de comunidades (e muitas vezes o seu extermínio,) advindas do colonialismo, decorrente da expansão marítima, e depois da ocupação territorial do continente africano, a partir da famigerada “partilha da África” efetuada pelas potências europeias nos anos de 1884-1885, ou seja, “promovendo” o quase apagamento sociocultural dos povos africanos.

Os autores reunidos nesta coletânea de artigos apropriam-se das propostas teóricas da literatura contemporânea e suas relações com o pós-colonialismo e os Estudos Culturais, como instrumento para dar voz aos oprimidos – em particular às mulheres indígenas, afro-brasileiras, negras africanas. Assim, esta coletânea de artigos se constitui numa denúncia vigorosa contra as relações de poder estipuladas pelos colonizadores europeus, estas herdadas pelos ex-colonizados, os quais determinam o lugar social a ser ocupado pelos excluídos na sociedade contemporânea globalizada.

Análises críticas sobre a opressão/violência/espoliação cometida contra os excluídos, marginalizados, silenciados pela colonização portuguesa em Angola, Amazonas, Brasil, Moçambique, pode revelar o que está escondido nas entrelinhas do texto literário. Para isso, é necessário refletirmos sobre as noções preestabelecidas de que existe uma relação entre classe, etnia, gênero e as formas de silêncio político e, mais especificamente, sobre as razões históricas, políticas, econômicas, sociais e ideológicas que determinaram o lugar social ocupado pelas mulheres indígenas, negras africanas, afro-brasileiras, nas obras dos autores analisados que escrevem em língua portuguesa.

A coletânea “*Múltiplos olhares sobre a Literatura*” constitui-se de dezessete artigos e uma crônica, cuja coordenação pertence aos pesquisadores José Benedito dos Santos, Rita do Perpétuo Socorro Barbosa de Oliveira, Kenedi Santos Azevedo, Elaine Pereira Andreatta e Francisca de Lourdes Souza Louro. É um desses livros que, desse privilegiado mirante, possibilita ao leitor ou à leitora não apenas apreciar harmonioso Ajuri Literário, mas também sentir-se partícipe dele. É uma obra realizada a muitas e experientes mãos, em fértil solo acadêmico, onde o clima, propiciado por nobres gentilezas e sinceras amizades, sazou significativa messe. Este afortunado ajuntamento literário é um convite a conhecer, provar, degustar e saborear precioso sumo (made in Amazonas) da ampla, dinâmica, caleidoscópica e diversa literatura produzida em solos brasileiro, lusitano, angolano e moçambicano”.

OLIVEIRA, Rita do Perpétuo S
Múltiplos olhares sobre a li



0000001288

ISBN 978-85-7785-616-9



9 788577 856169